



XX ENANCIB

21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados

ISSN 2177-3688

GT-9 – Museu, Patrimônio e Informação

MUSEUS BRASILEIROS NO SÉCULO XX: O MUSEU DA FAZENDA FEDERAL

BRAZILIANS' MUSEUMS IN 20TH CENTURY: THE FEDERAL FINANCE MUSEUM

Yago Rodrigo Freitas Lima - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS UNIRIO/MAST

Marcio Ferreira Rangel - Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST; Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS UNIRIO/MAST

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: O presente artigo realiza uma breve análise da formação de museus no Brasil no século XX, tendo como referencial o Museu da Fazenda Federal, criado em 1970, com o objetivo de preservar e divulgar a memória econômico-financeira da nação. Para isso, analisou-se, de maneira sucinta, a formação de instituições museológicas brasileiras. Simultaneamente, apresentou-se algumas intervenções realizadas no que diz respeito ao patrimônio nacional. Ainda, investigou-se a conjuntura envolvida na origem do Museu da Fazenda. Conclui-se que os movimentos realizados foram importantes para a conscientização da necessidade de preservar os bens culturais e concepção dos inúmeros espaços museológicos do país.

Palavras-Chave: Formação de museu. Museu no Brasil. Museu da Fazenda Federal.

Abstract: This article presents a brief analysis of the Brazilians' museums formation in the twentieth century, taking as reference the Federal Finance Museum, created in 1970, with the purpose of preserving and disseminating the nation's economic and financial memory. For this reason, we briefly analyzed the Brazilians' musicological institutions formation. Simultaneously, some interventions regarding the national heritage were presented. As well, the conjuncture involved in the Finance Museum origin was investigated. It is concluded that the movements performed were important to raise awareness of the need to preserve cultural goods and in the numerous musicological spaces conception's of the country.

Keywords: Museum's formation. Brazilians' Museum. Federal Finance Museum.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, ao longo do século XX, aconteceram diversas mudanças políticas, econômicas, financeiras e culturais, as quais refletiram de modo fundamental na expansão dos mais variados setores. Ao trazer como ponto um enquadramento voltado à cultura, pode-se encontrar evidências dessas alterações ao se tratar das influências e interferências na criação de museus brasileiros, quando analisado o percurso museológico perpetuado pelas distintas instituições. Junto a isto, tem-se a vontade dos governos em resguardar e disseminar o patrimônio e a memória cultural - seja como forma de representar uma nação utópica ou de tentar democratizar as manifestações.

Pelos motivos referenciados acima, nasceu, no prelúdio dos anos 1970, através de uma portaria assinada pelo ministro da fazenda à época, o Museu da Fazenda Federal (MFF), visando preservar e salvaguardar os documentos, objetos e peças de grande valor histórico sobre os movimentos econômicos e financeiros do país. A partir desse documento, deu-se a abertura dos procedimentos cabíveis à constituição do museu.

Por esse ângulo, o seguinte artigo tem como objetivo geral documentar a criação do Museu apresentado, para isto, foram cumpridos alguns objetivos específicos, tais como: analisar de forma sintética a formação de museus brasileiros no século XX; apresentar algumas ações que fomentaram a criação destes museus no centenário passado; e, investigar os elementos estruturantes (atores sociais, instituições, etc.) envolvidos na gênese do MFF.

O estudo justifica-se pela necessidade de compreender e documentar a criação do Museu da Fazenda, pois, apesar da sua grande importância para a história e memória da administração fazendária do Brasil, até o dado momento não existe uma bibliografia relativa a este processo, buscando-se assim a construção de uma documentação inédita.

Para a obtenção dos resultados, a metodologia foi dividida em duas etapas: primeiramente foram feitas pesquisas de cunho bibliográfico e documental, fundamentadas em autores da Museologia, História e respectivas normas. Já a segunda etapa desenvolveu-se a partir de entrevistas presenciais com os agentes sociais atrelados a essa conjuntura, baseando-se em um roteiro de perguntas semiestruturadas.

2 OS “ANOS DOURADOS” DOS MUSEUS BRASILEIROS

É imerso a um cenário mundial de ideais nacionalistas, que surgem os primeiros museus brasileiros do século passado. Entretanto, no Brasil, a identidade nacional que se buscava construir, estava equivocadamente acentuada na herança colonial branca.

Com esse pressuposto, em 2 de agosto de 1922, no decorrer do governo do Presidente Epitácio Pessoa, houve a criação do Museu Histórico Nacional (MHN), por meio do decreto nº 15.596, tendo o seu idealizador Gustavo Dodt Barroso como primeiro diretor. O modelo expográfico do MHN demonstrou inspiração em museus do exterior e foco na “invenção de tradições ancoradas em feitos heroicos, armas, uniformes militares, bandeiras e sobejos de guerras”. (CHAGAS, 2009, p. 89).

Cabe mencionar também, a vanguardista Inspetoria de Monumentos Nacionais instituída pelo Decreto n 24.735, de julho de 1934, tendo ela inaugurado a institucionalização do patrimônio histórico nacional numa perspectiva tradicionalista e patriótica. A Inspetoria deixou de existir por causa de uma disputa de poder, entre os modernistas e alguns conservadores, baseada em suas ideias sobre aspectos do passado, patrimônio, nação e memória. Conseqüentemente, ocorreu a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) - atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) -, derivado do anteprojeto de Mário de Andrade, de 1936, para a criação do Serviço de Patrimônio Artístico Nacional (SPAN) e regularizado pelo Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção e patrimônio histórico e artístico nacional.

É nesse momento, ligados à conveniência política e à busca por uma identidade brasileira, ou seja, uma “brasilidade, de uma ‘essência’, ‘alma’ [...]”. (GONÇALVES, 1996, p. 41), que passaram a ser criados em diversas partes do país uma imensa quantidade de museus. Como exemplo disso, pode-se apontar os surgimentos à época: Museu Nacional de Belas Artes, em 1937, no Rio de Janeiro/RJ; Museu da Inconfidência, em 1938, em Ouro Preto/MG; Museu da Abolição, em 1957, Recife/PE; Museu de Arte Moderna da Bahia, em 1960, Salvador/BA; e, entre outros.

Logo mais, com o aparecimento do discurso da nova museologia, os profissionais de museus e os espaços expositivos tiveram que se adaptar a essas novas circunstâncias. Aqui, o museu não se limita mais a guardar relíquias do passado. Ele está envolvido com “práticas sociais complexas, que se desenvolvem no presente, envolvidos com criação, comunicação,

produção do conhecimentos, preservação de bens e manifestações culturais.” (RANGEL, 2010, p. 121).

Nesse contexto, em um processo de reconhecimento do Brasil como um país de multiplicidade de matrizes e expressões, abre-se um caminho para o surgimento de dezenas de museus em âmbito municipal, estadual, federal e privados, dos mais distintos modelos conceituais, como o Ecomuseu de Santa Cruz (RJ), o Museu da Cidade de Salvador (BA), o Museu do Homem do Norte (AM), o Museu Casa de Cora Coralina (GO), o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (MT), o Museu do Seringal Vila Paraíso (AM) e o Centro Cultural do Banco do Brasil (RJ).

Dessa forma, todas as mudanças ocorridas ao longo desses anos foram necessárias para o crescimento dos conceitos e direcionamentos dos espaços museológicos nacionais. Os incentivos públicos e privados, sejam financeiros ou de políticas públicas inclusivas, contribuíram para a criação, desenvolvimento e consolidação dos museus no país.

3 A CRIAÇÃO DO MUSEU DA FAZENDA FEDERAL

O Palácio da Fazenda, localizado na Avenida Presidente Antônio Carlos, foi construído na década de 1940, com o intuito de concentrar todos os órgãos fazendários, dispersos pelo Centro do Rio de Janeiro. O suntuoso edifício é um local acessado por cidadãos que precisam resolver pendências nas mais distintas repartições públicas. Toda magnitude desse conjunto arquitetônico propiciou seu reconhecimento como patrimônio cultural, pela Prefeitura, em fevereiro de 1997. Adiante, em 2005, ocorreu o tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (BRASIL; CAVALCANTI, 2015)

O Museu da Fazenda Federal - localizado no prédio supracitado-, foi criado por meio da Portaria Ministerial nº 75, de 24 de março de 1970, publicada em 1 de abril de 1970, na gestão do presidente Emílio Garrastazu Médici e do ministro da fazenda Antônio Delfim Netto. No momento em que foi inaugurado, segundo Letícia Mainieri (informação verbal)¹, o museu ocupava o andar da sobreloja do Palácio, por ser um local disponível e de fácil acesso. Posteriormente, no início da década de 1990, foi transferido para o décimo andar, onde está localizado até os dias atuais.

¹ MAINIERI, Letícia. **Letícia Mainieri**: entrevista I. [Julho 2019]. Entrevistador: Yago Rodrigo Freitas Lima. Rio de Janeiro, 2019. Gravação digital, 1 arquivo.m4a (11min.)

O MFF foi instituído com o propósito de realizar o recolhimento, a classificação, a catalogação, a guarda e a exposição dos objetos históricos referentes à memória econômico-financeira do Brasil, construída no âmbito do Ministério da Fazenda ou a ele doados. Ele tem a missão de preservar e divulgar esse patrimônio que se integra à história do Palácio da Fazenda e dos principais agentes que nele atuaram como, por exemplo, os ministros da pasta e suas ações. Além disso, o ministro responsável pelos assuntos fazendários, no uso de suas atribuições legais, mediante a Portaria Ministerial supracitada, estabeleceu algumas determinações referentes aos prazos para designação das comissões encarregadas de realizar todo o procedimento de pesquisa e relação dos itens afins à proposta do Museu, tornando responsável o senhor Antonio Amicar de Oliveira Lima, Secretário da Receita Federal à época, pela expedição do regimento das tarefas a serem realizadas na instituição, assim como outras responsabilidades administrativas. Quanto aos prazos, estipulou-se dez dias, a partir da publicação no diário oficial, para a indicação do corpo técnico e sessenta dias para a realização das atividades de seleção de acervo. Após a conclusão, cinco dias para a entrega dos bens relacionados e inventariados. (BRASIL, 1970a)

A Comissão Organizadora do Museu da Fazenda foi estabelecida a partir da publicação da Portaria SRF nº 232, de 4 de maio de 1970, com atraso na data-limite estipulada por Delfim Netto. Esta Comissão esteve formada durante anos pelas “três Marias”, sendo presidida por Maria da Conceição Vial Correa, Oficial de Administração, nível 16 e teve como membros Maria Ruth de Souza, Escriturária, nível 10 e Maria Angela Fiuza Dias Pinto, Conservadora de Museus contratada - formada pelo curso de museus do MHN, com ingresso na turma de 1970. Elas são personalidades importantes para o progresso de todo o processo que envolveu a criação do MFF, desde a coleta e seleção do acervo até a construção da expografia.

O período estipulado na Portaria Ministerial, para finalização dos trabalhos, manteve-se na Portaria SRF. Nesta última, foi estabelecido, também, o prazo de até dez dias para os órgãos pertencentes ao organograma do Ministério da Fazenda encaminharem o documento denominado “Levantamento de Bens e Documentos Históricos”, contendo a descrição e, quando possível, fotos ou cópias dos bens e documentos com valores histórico e cultural a serem doados, isto, individualmente, em três vias das quais duas devem ser entregues à Comissão Organizadora e à subcomissão estadual, e a terceira ficando em seu domínio.

Assim, pode-se perceber a atenção com o registro documental que essas portarias carregam. Na primeira, fica explícito o dever das comissões em descrever conteúdos atinentes às peças localizadas, sejam referentes aos dados sobre o momento da aquisição, utilização, proprietários ou qualquer outro detalhe que se julgue importante. Já na segunda, se cria uma ficha catalográfica única, de forma que se passa a ter um vocabulário controlado, criando um meio de circulação desses objetos que conseguem ser monitorados através de um sistema rudimentar, mas ainda assim um sistema capaz de aglutinar um conjunto de informações, as quais posteriormente podem ser transformados em fontes de conhecimento.

De acordo com Deise da Silva Thomaz, a formação do acervo se deu por meio de pedidos dos servidores para atualização e ampliação da história, doações de funcionários dos ministros, de órgãos extintos, de aposentados com documentação em casa e de pessoas físicas - que procuram o espaço com os mais diferentes artefatos e durante um determinado tempo contribuíram volumosamente com a coleção de filatelia, graças a doação voluntária de selos -, entre outros. (Informação verbal)².

Após a seleção do que de fato seria incorporado ao acervo, iniciou-se a realização de outras atividades relativas à inauguração, como o processo de escolha dos itens a serem expostos. Depois de mais de vinte anos, precisamente na década de 1990, ocorreu a mudança de ambiente, que segundo Letícia Mainieri (informação verbal)³, foi um assunto delicado e burocrático.

Apesar disso, Deise Thomaz relata que essa transferência propiciou um ganho para o Museu, pois os novos espaços físicos são maiores que o anterior, possibilitando uma melhor organização e aquisição de mobiliários adequados à guarda do acervo, em especial o de audiovisual, juntamente às reformulações museográficas que tornaram a exposição de longa duração autoexplicativa e com propósito claro. (Informação verbal)⁴

Em junho de 2017, após ser fechado por quatro anos para a realização de reestruturação, o MFF voltou a ser aberto para visita, tendo seu “espaço revitalizado e transformado em um ambiente mais dinâmico e moderno, reiterando seu papel social como

² THOMAZ, Deise da Silva. **Deise da Silva Thomaz**: entrevista II. [julho 2019]. Entrevistador: Yago Rodrigo Freitas Lima. Rio de Janeiro, 2019

³ MAINIERI, Letícia. **Letícia Mainieri**: entrevista I. [julho 2019]. Entrevistador: Yago Rodrigo Freitas Lima. Rio de Janeiro, 2019. Gravação digital, 1 arquivo.m4a (11min.)

⁴ THOMAZ, Deise da Silva. **Deise da Silva Thomaz**: entrevista II. [julho 2019]. Entrevistador: Yago Rodrigo Freitas Lima. Rio de Janeiro, 2019

produtor de conhecimento" (RIOTUR, 2019). Além disso, de acordo com Vera Bittencourt (informação verbal)⁵, buscou-se ampliar a divulgação através de mídias digitais, com repasses em boletins internos e externos, bem como publicações em sites governamentais, além de folders com livre distribuição no prédio. Estes meios de difusão também são disparados para escolas, apesar da falta de disponibilidade de transportes para os alunos, fator que dificulta as visitas de estudantes e professores.

Essas mudanças foram possíveis devido às iniciativas da atual equipe técnica, formada por quatro servidores: Deise da Silva Thomaz, Letícia Mainieri, Sérgio Murilo Villela Cid e Vera Bittencourt. Eles possuem o cargo de Agente Administrativo e realizam as atividades museológicas pertinentes ao acervo, o qual possui cerca de dez mil itens, constituído em arquivístico, bibliográfico e museológico.

Neste conjunto existem importantes documentos e objetos raros datados a partir do século XVIII, e também, um grande número de itens pertencentes aos séculos XIX e XX. Constata-se que a concepção desse acervo está intimamente ligada à representação de uma história que vem sendo construída ao longo dos anos, acompanhando as mudanças ocorridas nos setores econômico e financeiro brasileiros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita historiográfica, sociológica e museológica permitiram enxergar e compreender os processos, ora dinâmicos ora estáticos, pelos quais as formações de museus brasileiros passaram, bem como a elaboração de instrumentos e normas focados na preservação do patrimônio nacional, como modo de salvaguardar a história da nação.

O Museu da Fazenda Federal foi construído em um momento em que a Museologia, como estudo das práticas do museu, tinha seus “olhos” voltados para os objetos e para a história que pretendia narrar. Nesse cenário, a sua criação teve como foco a salvaguarda de itens referentes à memória atinente ao sistema gerador da economia e finanças da nação, devido a sua importância para o país e para aquele período específico de *boom* econômico.

No processo de formação e construção do acervo, foi possível compreender os caminhos percorridos pelos objetos e documentos que hoje estão no MFF. Torna-se assim,

⁵ BITTENCOURT, Vera. **Vera Bittencourt**: entrevista III. [julho 2019]. Entrevistador: Yago Rodrigo Freitas Lima. Rio de Janeiro, 2019

necessário aprofundar estas questões para que o museu possa cumprir adequadamente sua missão.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Vera. **Vera Bittencourt**: entrevista III. [julho 2019]. Entrevistador: Yago Rodrigo Freitas Lima. Rio de Janeiro, 2019.

_____. **Decreto nº 15.596**, de 2 de agosto de 1922. Cria o Museu Histórico Nacional e aprova o seu regulamento.

_____. **Decreto nº 24.735**, 14 de julho 1934. Aprova, sem aumento de despesa, o novo regulamento do “Museu Histórico Nacional”.

_____. **Decreto-Lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional.

_____. Ministério da Fazenda. **Portaria Ministerial n. 75**, de 24 de março de 1970. Cria o Museu da Fazenda Federal, subordinado à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

_____. Ministério da Fazenda. **Portaria SRF n. 232**, de 4 de maio de 1970. Cria a Comissão Organizadora do Museu da Fazenda e outras providências.

BRASIL, H.; CAVALCANTI, N. **Tesouro**: o Palácio da Fazenda, da Era Vargas aos 450 anos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pébola – Casa Editorial, 2015.

CHAGAS, M. de S. **A imaginação museal**: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Ibram/Garamond, 2009.

GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

MAINIERI, Letícia. **Letícia Mainieri**: entrevista I. [julho 2019]. Entrevistador: Yago Rodrigo Freitas Lima. Rio de Janeiro, 2019. Gravação digital, 1 arquivo.m4a (11min.).

RANGEL, M. F. Políticas públicas e museus no Brasil. In: GRANATO, M.; SANTOS, C. P. dos; LOUREIRO, M. L. de N. M. (Org.). O Caráter Político dos Museus. **MAST Colloquia**. Rio de Janeiro: MAST, 2010, v. 12, p. 117-135. Disponível em: http://www.mast.br/publicacoes_museologia/Mast%20Colloquia12.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

RIOTUR. **Museu da Fazenda Federal**. Acessado em: 12 jul. 2019. Disponível em: http://visit.rio/que_fazer/museu-da-fazenda-federal/. Acesso em: 20 jul. 2019.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

THOMAZ, Deise da Silva. **Deise da Silva Thomaz**: entrevista II. [julho 2019]. Entrevistador: Yago Rodrigo Freitas Lima. Rio de Janeiro, 2019.